



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM

TERMO DE CONTRATO Nº 27/SUB-MB/2021

PROCESSO Nº 6045.2021/0001759-3

DISPENSA DE LICITAÇÃO - ARTIGO 24, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

OBJETO: EXECUÇÃO DE PROJETO DE CONTENÇÃO DE TALUDE

LOCAL: RUA ANTONIO DA CRUZ MESSSIAS Nº 15 – CEP 05814-130 – JARDIM IBIRAPUERA – DISTRITO SÃO LUIS

CONTRATANTE: PMSP/SUBPREFEITURA M'BOI MIRIM

CONTRATADA: EC-2 – ERNANI FERREIRA ALVES JR - EPP.

Aos **XX** dias do mês de **.XXXXXXXXXX** do ano de dois e vinte e um, na sede da Subprefeitura M'Boi Mirim, presentes de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº **05.510.098/0001-40**, situada a Avenida Guarapiranga, 1695 – Parque Alves de Lima – CEP 04902-903 - São Paulo/SP, neste ato, representado pelo Senhor Subprefeito **João Paulo Lo Prete** portador da Cédula de Identidade nº **13.609.348-SSP/SP**, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº **051.895.548.64**, em conformidade com a Lei Municipal 13.399/02, ora denominada **CONTRATANTE** e, de outro, a **EC-2 – ERNANI FERREIRA ALVES JR - EPP**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº **34.046.760/0001-51**, situada à Rua Dr. Albuquerque Lins, nº 107 – Apto 3 Bloco B – Santa Cecilia – São Paulo – SP - Telefone (11) 5594-3006 – e-mail **legal@gpcontabil.com.br**, representada pelo senhor, portador da Cédula de Identidade nº, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº, seu representante legal, conforme documento comprobatório apresentado, ora denominada **CONTRATADA**, têm entre si contratado, com fundamento no inciso I, do artigo 24, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações subsequentes e Lei Municipal nº 13.278/02 como segue:

I – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto contratação de empresa para **EXECUÇÃO DE PROJETO DE CONTENÇÃO DE TALUDE - LOCAL: RUA ANTONIO DA CRUZ MESSSIAS Nº 15 – CEP 05814-130 – JARDIM IBIRAPUERA – DISTRITO SÃO LUIS**, de acordo com as especificações técnicas e demais disposições do orçamento apresentado pela empresa e Memorial Descritivo da Dispensa de Licitação que precedeu o presente Termo de Contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM

II – DO REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR E DOTAÇÃO

2.1 - Os serviços serão executados no regime de empreitada por preço unitário.

2.2 - O valor do presente Termo de Contrato é **R\$ 32.169,28 (Trinta e Dois Mil Cento e Sessenta e Nove Reais e Vinte e Oito Centavos)**.

2.3 - Para fazer frente às despesas do presente e exercício, existem recursos orçamentários empenhados onerando a dotação 58.10.15.451.3022.1.170.4.4.90.51.00.00, através da Nota de Empenho nº **xxxx/2021** no valor **R\$ 32.169,28 (Trinta e Dois Mil Cento e Sessenta e Nove Reais e Vinte e Oito Centavos)**.

III – DOS PREÇOS

3.1. Os preços unitários para execução do objeto do presente contrato serão os constantes da Planilha de Orçamento apresentada pela empresa, sobre os quais incidirá o BDI indicado.

3.2. Os preços oferecidos na proposta vencedora **não** serão atualizados para fins de contratação.

3.3. Os preços oferecidos remunerarão todas as despesas necessárias à execução dos serviços, bem como as despesas da CONTRATADA com as ligações provisórias de água, luz e esgoto, as despesas com cópias de desenhos que venham a ser utilizados e aquelas decorrentes da elaboração de controle tecnológico.

3.4. Nos casos de eventuais serviços extracontratuais e para a respectiva aprovação destes pela Autoridade competente, a CONTRATADA apresentará novo cronograma físico-financeiro que obrigatoriamente acompanhará nova planilha orçamentária (preços unitários e quantitativos), de maneira a demonstrar o impacto da despesa sobre o valor contratual.

3.5. O novo cronograma físico-financeiro e a planilha orçamentária, citados no subitem anterior, deverão sempre ser analisados e aprovados pela fiscalização do Contrato.

3.6. A execução dos serviços extracontratuais somente deverá ser iniciada pela CONTRATADA quando da expedição da respectiva autorização, mencionada no subitem 3.4.

3.7. A autorização será emitida pela fiscalização do Contrato, mediante despacho autorizatório da Autoridade competente e lavratura de Termo Aditivo.

3.8. Os preços unitários para execução de serviços extracontratuais serão indicados pela CONTRATADA, observados os valores constantes da Tabela de Custos Unitários que serviu de base à elaboração do orçamento da PMSP, sobre os quais incidirá a variação entre o custo total oferecido na proposta e o custo total constante do orçamento da Prefeitura e, ainda, o BDI indicado pela CONTRATADA na proposta.

3.9. Os referidos preços constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Termo de Contrato.

IV - REAJUSTE

4.1. Não será concedido reajuste de preços, em cumprimento ao disposto na Portaria SF 104/94 e seus alteradores.

4.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais e municipais sobre a matéria.

4.3. As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

V – DA VIGENCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O prazo de vigência deste contrato será de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data estipulada para início dos serviços, fixada na Ordem de Início, devidamente emitida pela Coordenadoria de Projetos e Obras.

5.2. A **CONTRATADA** no ato de retirada da Ordem de Início de Serviços deverá apresentar a ART recolhida nos termos da Lei Federal n.º 6496/77 e da Resolução CONFEA n.º 425/98, e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM

Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, conforme artigo 7º do Decreto 52.295/2011, que serão retidas para posterior juntada ao processo administrativo pelo Gestor do Contrato.

VI – DAS MEDIÇÕES

6.1. Mediante requerimento apresentado pela CONTRATADA à Unidade Fiscalizadora do Contrato na Subprefeitura M' Boi Mirim, será efetuada a medição dos serviços prestados, desde que devidamente instruída com a documentação necessária à verificação da respectiva medição, como segue:

6.1.1. Relatório fotográfico antes do início, durante e depois de finalizados os serviços que estarão sendo medidos.

6.1.2. Comprovantes ou tickets emitidos pelo aterro onde foram dispostos os entulhos.

6.1.3. Memória de cálculo dos quantitativos da medição

6.2. O valor da medição será apurado com base nas quantidades de serviços executados no período, aplicados os custos unitários contratuais, acrescidos do valor correspondente ao BDI contratual. Este procedimento é válido para os serviços constantes da **Planilha de Composição de Custos Unitários** - do orçamento apresentado pela empresa vencedora e memorial descritivo da Dispensa de Licitação.

VII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O prazo de pagamento será de **15 (quinze)** dias corridos, a contar da data final do período de execução, desde que devidamente atestado, devendo ser observado a entrega da documentação exigida nas cláusulas 6.1 e **7.6**.

7.1.1. Caso ocorra à necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas,

7.2. O pagamento será efetuado por crédito em **conta corrente no Banco do Brasil**, observados as disposições do Decreto Municipal nº **51.197/10**, que dispõe sobre pagamento aos credores da Prefeitura do Município de São Paulo.

7.3. Não será concedida atualização ou compensação financeira, exceto nos casos previstos na Portaria nº. 05/SF/2012, ocasionados por culpa exclusiva da Contratante.

7.4. Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

7.5. Em face do disposto no artigo 71, parágrafo 2º da Lei 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.032/95, será observado por ocasião de cada pagamento as disposições dos artigos 157, 158 e 164 § 3º da IN 971/09, na sua redação atual, e orientações vigentes expedidas pelo INSS e pela PMSP.

7.6. A **CONTRATADA** deverá **apresentar à Unidade Gestora**, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos a seguir:

7.6.1. Certidão de inexistência de débitos com o Sistema de Seguridade Social - CND/INSS;

7.6.2. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) perante a Caixa Econômica Federal;

7.6.3. Prova de regularidade com a Fazenda do Município de São Paulo, mediante a apresentação de certidão de tributos mobiliários expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura do Município de São Paulo.

7.6.3.1. A exigência deste item é aplicável também aos interessados com sede fora do Município de São Paulo;

7.6.3.1.1. Caso não sejam cadastrados como contribuintes neste Município deverão apresentar declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada devem à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada e, também, prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do Município sede do interessado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM

7.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. (NR).

VIII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

OBRIGA-SE A CONTRATADA À:

8.1. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços obedecendo às especificações e demais normas constantes deste Termo de Contrato.

8.2. Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos e outros.

8.3. Refazer imediatamente todos os locais danificados decorrentes dos serviços, tais como: tampas de bocas-de-lobo, quebras de calçadas, muros, jardins, tubulação e outros, reconstruindo-os de acordo com as boas técnicas e normas vigentes, sem nenhum ônus à **CONTRATANTE**.

8.4. Responder, a qualquer tempo, pela quantidade e qualidade dos serviços executados e materiais utilizados, sem ônus a Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim quando necessitar refazer os serviços rejeitados pela fiscalização.

8.5. Promover a sinalização viária necessária, responsabilizando-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem assim por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços à Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamento e pessoal aos locais de trabalho.

8.6. Arcar com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

8.7. Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim, qualquer funcionário seu que por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

8.8. A **CONTRATADA** será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados.

8.9. A **CONTRATADA** obriga-se a comparecer, sempre que solicitada, à sede da fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão se realizar em outros locais.

8.10. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação afeta à contratação.

8.11. Cumprir a obrigatoriedade a que dispõe o Decreto Municipal de nº 47.279/06, que institui o programa municipal de uso racional da água no âmbito da Administração Pública Direta.

8.12. Cumprir obrigatoriamente a Lei Municipal n.º 13.298/02, que dispõe sobre as responsabilidades e condições de remoção de entulho, terra e materiais de construção.

8.13. A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, pelos mesmos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que lhe forem determinados, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações subsequentes.

8.14. No caso de supressões, os materiais adquiridos pela **CONTRATADA** e postos no local dos trabalhos serão pagos pelos preços de aquisição, devidamente comprovados.

8.15. A execução dos serviços extracontratuais só deverá ser iniciada pela **CONTRATADA** quando da expedição da respectiva autorização e assinatura do respectivo termo de aditamento ao presente instrumento.

OBRIGA SE A CONTRATANTE À:

8.16. Fornecer à **CONTRATADA**, no ato da ordem de início, o nome do servidor que representará a **CONTRATANTE** durante a execução do objeto;

8.17. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovados;

8.18. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas;

8.19. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à **CONTRATADA**;



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM**

- 8.20. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- 8.21. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas neste ajuste de acordo com as leis que regem a matéria;
- 8.22. Disponibilizar o local de execução dos trabalhos, nos horários acordados, assim como todas as informações e orientações necessárias à perfeita execução deste ajuste.
- 8.23. Fornecer à **CONTRATADA** todos os elementos indispensáveis ao início dos trabalhos.
- 8.24. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros.
- 8.25. Promover, com a presença da **CONTRATADA**, as medições dos serviços executados e encaminhar a mesma para pagamento.
- 8.27. Transmitir, por escrito, as instruções sobre modificações de planos de trabalho, projetos, especificações, prazos e cronograma.
- 8.28. Solicitar parecer de especialista em caso de necessidade.
- 8.29. Acompanhar os trabalhos, desde o início até a aceitação definitiva, verificando a perfeita execução e o atendimento das especificações, bem como solucionar os problemas executivos.
- 8.30. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que o regem.

IX – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo Gestor do Contrato, que poderá ser auxiliado pelo Fiscal do contrato.

9.2 Fica designado Gestor do Contrato o Arquiteto Roberto Garkisch, Registro Funcional nº 752.731.4, da Supervisão de Projetos e Obras da Subprefeitura M' Boi Mirim.

9.3 Fica designado Fiscal do Contrato o Arquiteto Alexandre Augusto da Silva, Registro Funcional nº 686.998.0, da Supervisão de Projetos e Obras da Subprefeitura M' Boi Mirim, que em seus impedimentos legais será substituído pelo Engenheiro Reynaldo Alberto Pinto da Silva Azevedo, Registro Funcional nº 639.931.2.

X- DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 56.633/2015

10.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

XI – PENALIDADES

11.1. Além das sanções previstas no capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, fica a **CONTRATADA** sujeita às penalidades abaixo:

11.1.1. Multa por dia de atraso na entrega de documentos solicitados para a lavratura do termo de contrato/aditamentos e instrução de processo: 0,5% (meio por cento) do valor do contrato.

11.1.2. Multa por dia de atraso injustificado em relação aos prazos fixados: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor do "Termo de Contrato", até o máximo de 15 (quinze) dias.

11.1.3. Multa por dia de paralisação injustificada dos serviços: 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor do "Termo de Contrato", até o máximo de 15 (quinze) dias.

11.1.4. Multa pelo descumprimento de cláusula contratual: 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Termo de Contrato, por dia.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM

11.1.5. Multa pelo não atendimento de eventuais exigências formuladas pela fiscalização: 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Termo de Contrato.

11.1.6. Multa por inexecução parcial do Termo de Contrato: 30,0% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada.

11.1.7. Multa por inexecução total do Termo de Contrato: 30,0 % (trinta por cento) sobre o seu valor.

11.2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

11.3. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

XII- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os serviços objeto do "Termo de Contrato" serão recebidos pela Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim consoante o disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

12.2. O objeto do contrato somente será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

12.3. A Fiscalização, ao considerar o objeto do contrato concluído, comunicará o fato à autoridade superior, mediante parecer circunstanciado, que servirá de base à lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

12.4. O Termo de Recebimento Provisório deverá ser lavrado "ex-offício", pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro dos 15 (quinze) dias corridos que se seguirem ao término do prazo contratual, e/ou execução dos serviços contratuais.

12.5. A CONTRATADA se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços e obras que tenham vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.6. No decorrer do prazo de observação, estabelecido em 90 (noventa) dias contados da lavratura do Termo de Recebimento Provisório, a Administração Municipal providenciará a designação de comissão de recebimento, para lavrar termo de vistoria e, verificada a adequação do objeto aos termos contratuais e decorrido o referido prazo, elaborar relatório fotográfico do local da obra, lavrar Termo de Recebimento Definitivo.

12.7. A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados subsistirá na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

XIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste Termo de Contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nela constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar nenhum desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

13.2. Para assinatura do presente Termo de Contrato, a empresa apresentou os seguintes documentos:

13.2.1. **CNPJ** - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.

13.2.2. **CNU**- Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

13.2.3. **CRF** - Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM

13.2.4. **CNDT** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR);

13.2.5. **CTM** - Certidão Negativa de Débitos Tributários Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal das Finanças deste Município de São Paulo, ainda que a empresa tenha sede em outro Município;

13.2.5.1. Caso a empresa não seja inscrita no cadastro de contribuintes mobiliários do Município de São Paulo, esta deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal ou procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve a Fazenda deste Município, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada;

13.2.6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor do principal estabelecimento da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da abertura do certame, se outro prazo não constar documento.

13.2.7. Indicação do responsável técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, e o preposto que a representará no local dos trabalhos;

13.2.8. Instrumento público ou particular de procuração e/ou Contrato ou estatuto social do outorgante, o mesmo deverá outorgar o poder de representação, o mandante deve discriminar os atos que o mandatário pode praticar de maneira clara e minuciosa, visando todos os atos, em especial para assinatura de Termo de Contrato.

13.2.9. Declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, da não inscrição da empresa no CADIN Cadastro Informativo Municipal, acompanhada da consulta via internet.

13.3. O ajuste, suas alterações e rescisão, obedecerão à Lei Federal n.º 8.666/93 com suas alterações subsequentes e demais normas pertinentes à matéria.

13.3.1. Fica vedada a subcontratação de partes do objeto do contrato ou sua cessão, exceto quando previamente autorizada pela Administração - Subprefeitura M'Boi Mirim.

13.3.1.1. A subcontratação quando previamente autorizada, não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

13.3.2. Constituem motivos para rescisão de pleno direito deste contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, aqueles previstos nos artigos 77, 78 e incisos da Lei Federal n.º 8666/93 e parágrafo do artigo 29 da Lei Municipal nº 13.278/02 e demais normas pertinentes ao assunto.

13.3.3. Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo e 80, inciso I, da Lei 8.666/93 ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

13.4. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, impeditiva da execução do contrato, poderá ensejar, a critério da Prefeitura, suspensão ou rescisão do ajuste.

13.5. Na hipótese de suspensão, o prazo contratual recomeçará a correr, pelo lapso de tempo que faltava para sua complementação, mediante a emissão da ordem de reinício.

13.6. A Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim se reserva o direito de executar através de outras **CONTRATADAS**, no mesmo local, obras ou serviços distintos dos abrangidos no presente termo de contrato.

13.7. A lei que rege a execução deste contrato, especialmente aos casos omissos é a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

13.8. E por estarem de acordo, assinam o presente o senhor Subprefeito, e representante da CONTRATADA, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

13.9. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Pela CONTRATANTE



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM**

**João Paulo Lo Prete
Subprefeito
SUB-MB**

Pela CONTRATADA

**Nome:
RG:
CPF:
Cargo/Função:**

Testemunhas:

1) _____

Nome:

RG:

2) _____

Nome:

RG:



MEMORIAL DESCRITIVO DE SERVIÇOS

Obra: EXECUÇÃO DE PROJETO DE CONTENÇÃO DE TALUDE.

Local: RUA ANTONIO DA CRUZ MESSIAS Nº 15 - CEP-05814-130 - JD.IBIRAPUERA - DISTRITO SÃO LUIZ - S.PAULO

1. Localização

• O presente memorial refere-se à execução dos serviços de Construção de Muro de Contenção e Recomposição de Escadaria Hidráulica e de Pedestres, serviços estes localizados na rua Antônio da Cruz Messias altura do nº 157, lindeiro a Viela Sanitária, bairro de Jardim São Luiz, Subdistrito de M'Boi Mirim.

2. Escopo do Serviço

• A execução desta obra contempla a área localizada na rua Antônio da Cruz Messias altura do nº 157 e compreende a revitalização na Viela Sanitária existente lindeira ao referido endereço, prevendo um procedimento corretivo e de recomposição na escadaria hidráulica, e na de pedestres visando a correção das irregularidades existentes e que necessitam de normalização. Serão realizadas as prospecções de sondagem para a avaliação do substrato geológico do local, o qual definirá o tipo de fundação e sua profundidade, também o levantamento planialtimétrico do local do muro, para efetivar suas dimensões estruturais e seu posicionamento. Será um muro de contenção em estrutura mista de concreto, pré-moldado e perfis laminados de aço, respaldados na fundação por uma estrutura de coroamento, e no muro uma viga de respaldo para complementar o sistema estrutural previsto. Na revisão corretiva da escadaria de dissipação hidráulica, serão corrigidas as irregularidades encontradas e ajustadas na sua função de escoamento hídrico, e na escada de pedestres também a correção de irregularidades construtivas, visando sua adequação para o trânsito dos seus usuários. A reconstrução do muro de vedação em alvenaria de blocos, vedando assim a propriedade tanto na frente para a via pública como para a Viela. Também a execução do passeio, dentro dos critérios aprovados pela Prefeitura e o assentamento das guias e recomposição da sarjeta no trecho da extensão do muro de contenção.

3. Serviços Preliminares

Para a execução dos serviços deverá ser elaborado um levantamento de previsão de interferências, a fim de evitar problemas com redes de concessionárias e de captação e cuja obstrução poderá causar problemas na comunidade, com a possibilidade de bloqueio na vazão dos efluentes domésticos e águas pluviais ou redes canalizações existentes. Desta forma poderão ser executados os serviços de terrapleno com a criação de uma berma para trabalho e implantação das fundações e preparo das escavações conjuntamente com a demolição do existente, que já apresenta um pré- colapso estrutural. A partir desta fase e do isolamento por tapumes, execução de implantação dos gabaritos e locação dos pontos de fundação e o posicionamento definitivo da estrutura proposta. Existe no local uma BL que capta águas superficiais advindas da via, e direcionadas para a escada de dissipação hídrica, esta foi recentemente reformada e não prevê a necessidade de nenhuma alteração. Quanto aos danos causados no pavimento asfáltico pela movimentação dos equipamentos mecânicos utilizados, a recomposição deverá ser prevista e se necessária executada a sua recomposição. e estabilidade da obra. O atendimento necessário às normas de construção e a obediência aos parâmetros fixados no projeto, de maneira que todo fluxograma da execução ocorra sem falhas ou dissídia quanto as regras impostas pela contratante.

4. Planejamento

Um planejamento para a execução dos serviços deverá prever provisão para uma frente de trabalho dinâmica, o que permitirá mais agilidade na execução das fundações e da superestrutura do muro, sendo sua implantação devidamente monitorados pela topografia, que fornecerá



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM**

subsídios e correções nas cotas de desenvolvimento e limitação das divisas, além de ter determinadas a posições das interferências de forma a que não venha a ocorrer contratempos.

5. Obras Complementares

- A cada trecho devidamente reaterado e devidamente compactada, deverá o executor providenciar a compactação como manda a norma a cada 30 ou 40 cm compactar a camada até atingir o proctor ideal, de forma a não alterar o perfil mantendo desta forma o melhor comportamento ecológico possível.

O procedimento drenante para evitar empuxo hidráulico deverá ser aplicado um geocomposto tridimensional drenante (tipo macdrain) complementado por tubo drenante perfurado de 100 mm no sentido longitudinal até a escada hidráulica, este procedimento evitara a ação da água formando um empuxo bastante prejudicial a estabilidade da superestrutura, e com relação a compactação do trecho de reaterro deverá sempre obedecer ao proctor de solo compactado de 96%.

A cura deste concreto deverá prever aditivos de pega rápido para abreviar a resistência evitando assim que se tenha sua liberação retardada por período mais longo. Utilizar procedimento de concreto com cimento ARI (Alta Resistência Inicial) com pedrisco 00 – tipo graute.

Conclusão

No planejamento da obra deverá ser previsto, as autorizações para trabalho na via e a adequação para trabalhos noturnos, quando tratar de condições especiais, de forma a atender ao fluxo necessário de pessoas e evitar problemas pertinentes a retenção de águas pluviais que poderão gerar transtornos locais e danos a obra como um todo.

6. Prazo de Execução da Obra:

O prazo de execução será de até 30 (TRINTA) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Início.